

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
HISTÓRIA

VICTOR OLIVEIRA FONTOURA

ENSINANDO HISTÓRIA, DISCUTINDO MEMÓRIA:
roteiro pedagógico nos territórios da Pequena África no Rio de
Janeiro

Rio de Janeiro

2025

VICTOR OLIVEIRA FONTOURA

Ensinando história, discutindo memória: roteiro pedagógico nos territórios da Pequena África no Rio de Janeiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador(a): Dr. Leandro Clímaco Almeida de Melo Mendonça.

Rio de Janeiro

2025

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

F684 Fontoura, Victor Oliveira
Ensinando história, discutindo memória : roteiro pedagógico
nos territórios da Pequena África no Rio de Janeiro / Victor
Oliveira Fontoura. - Rio de Janeiro, 2025.

48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino
de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação,
Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Leandro Clímaco Almeida de Melo Mendonça.

1. História (Ensino Fundamental) - Estudo e ensino. 2. Zona
Portuária (Rio de Janeiro, RJ) - Pequena África. 3. Patrimônio
cultural. 4. Memória coletiva. 5. Planos de aula. I. Mendonça,
Leandro Clímaco Almeida de Melo. II. Colégio Pedro II. III
Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

VICTOR OLIVEIRA FONTOURA

Ensinando história, discutindo memória: roteiro pedagógico nos territórios da Pequena África no Rio de Janeiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 08 de agosto de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Clímaco A. de M. Mendonça

PROPGPEC/CP2

Orientador

Prof. Dr. Paulo Aprígio da Silva

PROPGPEC/CP2

Prof. Dr. José Paulo Antunes Teixeira

HISTÓRIA/CP2

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao corpo de docentes do Colégio Pedro II Campus Tijuca pela possibilidade de realizar este curso de especialização em ensino de história, onde pude conhecer novas experiências compartilhadas pelos colegas de profissão, além de uma vasta bibliografia que foi debatida ao longo do curso. Em especial, agradeço ao professor Leandro Clímaco, que muito colaborou com a realização desta pesquisa, sendo sempre solícito às minhas dúvidas. Dedico também este momento à minha família e ao amigo Rodrigo Silva, o qual me indicou este curso no ano de 2023 e no presente momento também está realizando-o.

RESUMO

FONTOURA, Victor Oliveira. **Ensinando história, discutindo memória**: roteiro pedagógico nos territórios da Pequena África no Rio de Janeiro. 2025, Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

O presente TCC tem como objetivo central o desenvolvimento de um roteiro de aula campo pela região conhecida como Pequena África, na área central da cidade do Rio de Janeiro, como forma de apresentar aos alunos do 8º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Ministro Gama Filho, situada no bairro do Lins de Vasconcelos, os conceitos de patrimônio cultural e memória, possibilitando assim o cumprimento da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história africana e afro-brasileira nas escolas. A realização deste projeto se faz necessária uma vez que a maioria dos alunos residem no chamado Complexo do Lins, uma região ocupada por favelas como Boca do Mato, Encontro e Árvore Seca, que tiveram ao longo dos séculos XIX e XX um papel crucial para o desenvolvimento histórico e cultural das populações africanas e afro-brasileiras no chamado subúrbio carioca, numa região que abrigava as antigas fazendas de cana-de-açúcar do Engenho Novo. E da mesma forma que o debate sobre a defesa do patrimônio cultural e da memória se fazem presentes na Pequena África, estas mesmas questões podem ser levadas para o bairro onde vivem os alunos, o Lins de Vasconcelos.

Palavras-chave: patrimônio cultural; memória; Pequena África; ensino de história.

ABSTRACT

FONTOURA, Victor Oliveira. **Ensinando história, discutindo memória:** roteiro pedagógico nos territórios da Pequena África no Rio de Janeiro. 2025, Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

The main objective of this TCC is to develop a field lesson plan for the region known as Pequena África, in the central area of the city of Rio de Janeiro, as a way of introducing the concepts of cultural heritage and memory to 8th grade students at the Escola Municipal Ministro Gama Filho, located in the Lins de Vasconcelos neighborhood, thus enabling compliance with Law 10.639/2003, which made the teaching of African and Afro-Brazilian history mandatory in schools. This project is necessary since most of the students live in the so-called Complexo do Lins, a region occupied by favelas such as Boca do Mato, Encontro and Árvore Seca, which played a crucial role in the historical and cultural development of the African and Afro-Brazilian populations in the so-called suburbs of Rio de Janeiro throughout the 19th and 20th centuries, in a region that was home to the old sugar cane farms of Engenho Novo. And in the same way that the debate about the defense of cultural heritage and memory is present in Pequena África, these same questions can be taken to the neighborhood where the students live, Lins de Vasconcelos.

Keywords: cultural heritage; memory; Little Africa; history teaching.

LISTA DE IMAGENS:

Figura 1 – Mapa geral do roteiro na Pequena África, Google Earth, 2025.

Figura 2 – Mapa da região do morro da Conceição, Google Earth, 2025.

Figura 3 – Mapa da região do Valongo, Google Earth, 2025.

Figura 4 – Mapa da região do IPN, Google Earth, 2025.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	10
POR QUE E PARA QUE REALIZAR UMA AULA DE CAMPO NA PEQUENA ÁFRICA?	13
2.1 A aplicação da Lei 10939/2003 nos livros didáticos: avanços e limites:.....	13
2.2 Analisando a Priorização Curricular de História de 2021 e o Material Rioeduca – 2022:	18
2.2.1 <i>Priorização Curricular 2021 – Ensino Fundamental – História</i>	18
2.2.2 <i>Material Rioeduca</i>	20
2.2.3 Analisando a conformidade dos documentos com a Lei 10.639/2003 e as noções de memória e patrimônio cultural	23
2.3 A cidade que educa: Memória cultural e histórica da região da Pequena África:.....	24
RUAS, BECOS E MONUMENTOS: A PEQUENA ÁFRICA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO PEDAGÓGICA	26
3.1 A cidade como locus de intervenção pedagógica: relato de experiências:.....	26
3.2 Estratégias pedagógicas:	28
3.3 Dialogando com a direção, responsáveis e alunos:.....	31
3.4 Construindo o roteiro da aula de campo:	33
3.4.1 Região do Morro da Conceição:.....	34
3.4.2 Região do Valongo:	38
3.4.3 Região do IPN:	42
CONCLUSÃO:	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO:

A decisão de desenvolver um roteiro de aula de campo na região conhecida como Pequena África surgiu a partir do contato com o de artigo da historiadora Ynaê Lopes dos Santos, intitulado Uma história única sobre o continente africano: o tráfico transatlântico nos livros didáticos. Em sua pesquisa, a autora debate acerca dos acertos e dificuldades relacionados ao emprego da lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história africana e afro-brasileira em instituições de ensino públicas e privadas em território nacional. Tomando como objetos de pesquisa livros didáticos amplamente utilizados no ensino fundamental, como o Araribá Mais e o História – Geração Alpha, Ynaê propõe na parte final de seu artigo, que para um melhor emprego da lei no ensino fundamental, seria proveitosa a realização de uma atividade fora do espaço limitado da sala de aula, exemplificando a região da Pequena África, no centro do Rio de Janeiro, como um local que possibilitaria uma melhor compreensão acerca da importância histórica do continente africano e das população afro-brasileiras.

Cativado pela proposta realizada por Ynaê Lopes dos Santos, busquei desenvolver um roteiro de aula de campo que contemplasse não somente a historiografia africana e afro-brasileira da Pequena África, mas que pudesse contemplar uma abordagem voltada para a defesa do patrimônio cultural das populações que residem na região, assim como o exercício de memória das pessoas que ali construíram suas vidas e deixaram seus legados, como Heitor dos Prazeres e Tia Ciata, que participaram ativamente em movimentos de resistência e preservação cultural negra da região ao longo dos séculos XIX e XX. Para a realização destas reflexões foram escolhidos os artigos *O patrimônio cultural no ensino de história: entre teoria e prática*, de Maria Helena Pinto, *Educação Patrimonial e Ensino de História: Diálogos*, de Iamara da Silva Viana, e *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história e O historiador, as fontes orais e a escrita da história*, de Yara Maria Aun Khoury.

A turma escolhida para a realização deste roteiro foi o 8º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Ministro Gama Filho, localizada no bairro do Lins de Vasconcelos. E através desta escolha, foi necessário analisar quais os materiais didáticos utilizados na rede pública de ensino da cidade do Rio de Janeiro, sendo que, foram encontrados após uma busca na internet dois documentos da Secretaria Municipal de Educação, a *Priorização Curricular de história* de 2021 e o *Material Rioeduca* de 2022. Sendo necessário enfatizar que os documentos se complementam, uma vez que enquanto o currículo traz consigo as habilidades a serem aplicadas

ao longo do ano de forma mais generalizada, o documento *Rioeduca* apresenta um conteúdo consideravelmente amplo quanto à abordagem historiográfica e cultural do continente africano, do tráfico transatlântico e da população afro-brasileira, mas que não se aprofunda quando ao debate acerca da necessidade do exercício da memória e do patrimônio cultural.

Para além das bibliografias, o desenvolvimento da aula de campo na Pequena África também considerará as experiências prévias como ouvinte neste roteiro, que ocorreram em quatro oportunidades, sendo duas durante minha graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2019 e 2022, e mais recentemente, em outros dois circuitos organizados pelo Instituto dos Pretos Novos. Enfatizando que também tive a oportunidade de planejar e apresentar este roteiro em três ocasiões junto a empresa Veronese Turismo¹, ocupando a posição de guia, e percorrendo a região junto ao 8º ano do ensino fundamental do colégio Santo Agostinho – Novo Leblon.

A construção deste roteiro enfatiza elementos da historiografia e cultura africana e afro-brasileira, como a religiosidade, a alimentação, as festividades, a música, as danças, as relações familiares, sempre rememorando figuras de grande representatividade para a região da Pequena África, como os já mencionados Heitor dos Prazeres, Tia Ciata, além de Hilário Jovino, Donga, João de Alabá, Prata Preta, entre outros. As abordagens priorizadas levam em consideração um diálogo constante entre presente e passado, ressaltando a importância do exercício da memória como forma de embate com projetos que, ao longo do tempo, resultaram no apagamento da história, cultura e sociabilidades da população negra da região promovido pelas elites políticas do Brasil entre os séculos XIX e XX. Sendo que, a dimensão patrimonial é objeto de reflexão essencial para o desenvolvimento desta proposta de atividade, pois partiremos da compreensão de que a cidade é fruto da ação humana ao longo do tempo, com sua geografia, urbanismo e arquitetura moldando o tecido urbano. A preservação, ou não, de estruturas urbanas do passado, com suas ruas, casas, edifícios e locais de memória, fruto de distintas intervenções sociais, evidencia as disputas em torno da memória social, o que permite a discussão em torno da politização de dimensões referentes à cultura material e imaterial dos grupos sociais responsáveis pela construção da cidade.

O amplo e variado conteúdo vinculado à historiografia africana e afro-brasileira, cujo ensino é obrigatório a partir da lei 10.639/2003, ainda é pouco debatido dentro das salas de aula, uma vez que muitos livros didáticos continuam a abordar superficialmente a questão da história

¹ Empresa de turismo pedagógico sediada na Freguesia (Jacarépagua), atuando no mercado de aulas em campo desde o ano de 2002.

e cultura das diferentes sociedades africanas, não se aprofundando na questão do tráfico transatlântico, e negligenciando os movimentos de resistência existentes no Brasil. O debate acerca da importância da preservação do patrimônio cultural e do exercício da memória dessa herança africana acabam sendo negligenciados em detrimento de uma abordagem marcadamente factual e generalista presente nos livros didáticos. Por conta disto, a organização deste roteiro de aula de campo se desenvolverá como uma ferramenta voltada para exercício da memória, bem como apresentar os movimentos de resistência cultural existentes na Pequena África, como as rodas de samba na Pedra do Sal às segundas-feiras² e a Casa Escrevivência³, além de propor aos alunos o mesmo tipo de reflexão para o bairro onde residem, no Lins de Vasconcelos. Enfatizando assim a ideia de que professor de história deve ser o mediador entre os elementos históricos, culturais e sociais que moldaram, e moldam, a vida urbana na cidade do Rio.

² Movimento iniciado em 2007 o qual busca manter viva a memória do samba carioca, que se desenvolveu na região no final do século XIX.

³ Espaço cultural fundado em 2023 e liderado pela escritora afro-brasileira Conceição Evaristo, a qual idealizou o espaço como uma biblioteca comunitária, mas que também proporciona aos visitantes um espaço de debates sobre a obra da escritora.

POR QUE E PARA QUE REALIZAR UMA AULA DE CAMPO NA PEQUENA ÁFRICA?

2.1 A aplicação da Lei 10939/2003 nos livros didáticos: avanços e limites:

Ao iniciar o curso de Especialização em Ensino de História, promovido pelo Colégio Pedro II, tive contato com um importante artigo desenvolvido pela historiadora Ynaê Lopes dos Santos, intitulado *Uma história única sobre o continente africano: o tráfico transatlântico nos livros didáticos*. Em sua pesquisa, Ynaê buscou compreender as limitações do ensino de história da África e o pouco repertório abordado em livros didáticos, mesmo com a obrigatoriedade do ensino de história africana e afro-brasileira garantido através da Lei 10639/2003, que contribuiu para promover a criação de novos cursos de formação de professores e de pós-graduação, bem como novos materiais didáticos com o intuito de viabilizar esta nova abordagem. Sendo que a historiadora busca afirmar como e se as abordagens chegam aos estudantes através dos livros didáticos.

Ao promover um estudo aprofundado sobre o conteúdo dos livros didáticos utilizados no Brasil entre os anos 1920 e 2000, com respeito à abordagem sobre as historiografias africana e afro-brasileira, Ynaê toma como ponto de partida a obra *História do Brasil* de Francisco Rocha Pombo como manual didático para a formação de professores de história, principalmente entre as décadas de 1920 e 1960, afirmando que este manual apresentava argumentos nitidamente racistas, os quais inferiorizam as populações afro-brasileiras e colocam o negro como o tipo ideal para servir de mão de obra escravizada, pouco se importando com a abordagem sobre quem eram esses homens e mulheres trazidos forçadamente do continente africano para exercerem atividades laborais como escravizados. A autora pontua que somente entre os anos 1950 e 1960 ocorreu uma consolidação no campo da história da África e afro-americana momento este é que o tráfico transatlântico se torna um objeto de pesquisa, sendo o projeto *Slave Trade Database*⁴ uma importante iniciativa para calcular o volume de pessoas traficadas, através principalmente de um esforço de especialistas bem como a criação de um único dado estatístico global. Mas fora somente com o advento da internet e com uma maior interação entre diferentes instituições de ensino, a partir dos anos 1990, é que ocorreu um maior compartilhamento de dados entre as instituições, sendo que, no ano de 2008 é que foi

⁴ Base de dados pública sobre o tráfico transatlântico de africanos escravizados. Criada por um consórcio de universidades e historiadores, foi desenvolvida para coletar, organizar e disponibilizar informações sobre a diáspora africana ocorrida de forma forçada entre os séculos XVI e XIX.

desenvolvida a plataforma didática *Slave Trade Voyage*⁵, que possibilita aos educadores terem acesso a quantidade total de viagens realizadas entre o continente africano e o continente americano, bem como quais portos foram utilizados e quais as condições dos navios que realizaram a travessia (Lopes, 2021, p.541-545).

Segundo Ynaê Lopes dos Santos, os cinco anos de vigência da lei 10639/2003, completados no ano de 2008, ainda se caracterizariam pela ausência de aprofundamento das questões intrínsecas à história do continente africano, como as diversidades socioculturais, as disputas de poder e a escravidão anterior ao contato com os europeus, ficando este conteúdo restrito à abordagem geral do continente americano. De acordo com Ynaê, naquele momento somente dois livros didáticos teriam atingido as expectativas do que foi proposto pela lei, o Araribá Mais do sétimo ano, que traz consigo discussões a respeito da origem do tráfico, do processo de escravização e da dimensão humana da travessia do Oceano Atlântico explicitando as condições desta viagem, e o livro História - Geração Alpha, que tomou maior cuidado em apresentar a diversidade dos povos africanos e o sistema escravista anterior ao comércio com os europeus, se aprofundando na ideia sobre qual África se está falando (Lopes, 2021, p.548-549).

Ao citar a análise feita por Selva Guimarães a respeito dos livros didáticos no Brasil, Ynaê Lopes dos Santos coloca que o livro didático não deve ser o único instrumento didático do professor, e que se faz necessário ter um espírito crítico e questionador sobre a formação histórica, de modo a compreender a real dimensão do tráfico transatlântico e o que envolveu todos os continentes banhados pelo Atlântico (Lopes, 2021, p.546). Por isso mesmo, a autora defende a necessidade de se incorporar outras atividades pedagógicas no trabalho com essa temática, ou seja, outras fontes de pesquisa, razão pela qual propõe visitas guiadas ao Cais do Valongo, que no ano de 2018 foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. A importância se deve ao fato de que neste local existiu um porto que, do final do século XVIII a meados do século XIX, se destacou por receber os escravizados vítimas do tráfico negreiro no Atlântico Sul. Histórias de dor, mas também de muitas resistências, uma vez que na região do Cais do Valongo, por mais que historicamente tenha existido políticas de apagamento da presença negra por parte das elites governamentais, sempre houve, e continua a existir, iniciativas que atuam para preservar o legado dessa presença, africana e afro-brasileira (Lopes, 2021, p.550-551).

⁵ Base de dados colaborativa que permite observar graficamente a quantidade de viagens realizadas entre o continente africano e as Américas durante a vigência do tráfico transatlântico de escravizados, entre os séculos XVI e XIX.

A incorporação do Cais do Valongo, pertencente ao circuito histórico da Pequena África, como local de interesse para uma abordagem pedagógica fora do espaço formal, faz-se necessário fundamentar uma análise a respeito de ideias diretamente ligadas à realização de uma aula de campo, sendo estes os conceitos de patrimônio cultural e memória, que possibilitam, para além de uma abordagem factual, o desenvolvimento de uma análise crítica sobre os processos de escravização, do tráfico transatlântico e da resistência das populações negras escravizadas em solo brasileiro, através da apresentação de figuras de grande representatividade para as comunidades afro-brasileiras, de monumentos que simbolizam a dor e a resistência daquelas pessoas que foram escravizadas, além de um olhar sobre os simbolismos e expressões culturais da Pequena África.

Tomando o patrimônio cultural como primeiro elemento a ser analisado, utilizaremos o artigo *O patrimônio cultural no ensino de história: entre teoria e prática*, da historiadora portuguesa Maria Helena Pinto, pois sua reflexão enfatiza o patrimônio cultural como elemento de auxílio à compreensão de interpretações históricas. Enquanto no ambiente escolar os alunos ficam limitados a uma interpretação das informações obtidas, em aulas de campo é possível enxergar os o caráter histórico dos objetos, de modo que os estudantes identificam como os elementos culturais moldam e são moldados pelas ações humanas no meio, possibilitando assim o surgimento de novas questões e problematizações entre os alunos (Pinto, 2019, p.10-13).

Ainda de acordo com o mesmo artigo, é através do entendimento do conceito de temporalidade histórica, com a ajuda do professor e dos objetos da cultura material, que os alunos podem vir a ter maior facilidade na relação com o conhecimento histórico, possibilitando que eles tenham uma análise crítica e reflexiva sobre o mundo contemporâneo. Segundo a autora, dentro de uma aula de campo, os professores são colocados como mediadores entre os objetos do passado e os alunos. A realização desta aula de campo permitirá compreender o patrimônio como construção social, uma vez que estes estão diretamente ligados a contextos históricos e pessoas, as quais tiveram, direta ou indiretamente, suas identidades ligadas a estes patrimônios (Pinto, 2019, p.25-28).

Em outro artigo, intitulado *Educação Patrimonial e Ensino de História: Diálogos*, de Iamara da Silva Viana, é pontuado que é legítima a necessidade de que os agentes interessados na preservação patrimonial criem uma metanarrativa que justifiquem sua existência, de modo que o patrimônio tenha como um de seus potenciais a capacidade de atribuir identidade para indivíduos, grupos ou sociedade como um todo. Sendo que, uma vez que um novo pensamento supera o que estava vigente, torna-se necessário maior motivação pelo emprego do “dever da

memória” que acaba por promover o desenvolvimento de patrimônios representativos para uma determinada comunidade (Viana, 2013, p.51-54).

Outro conceito o qual também se deve dar atenção é o da memória, que segundo Yara Maria Aun Khoury, em seu artigo intitulado *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*, coloca o historiador como a figura principal ao relacionar que a cultura e a memória estão diretamente ligada à necessidade de politizar o passado e sua ligação com o presente, de forma que se considere o valor incorporador da tradição na busca de manter a cultura como elemento vital para a construção do conhecimento histórico. A autora também afirma que a cultura dominante tem por interesse desorganizar e reorganizar a cultura popular no intuito de torná-la mais confinada, tendo como elemento de contraponto a esta prática da cultura dominante a resistência popular, que através da luta no campo mais amplo da cultura, se organiza para manter suas conquistas e politiza suas perdas (Khoury, 2004, p. 119-120).

Dentro deste exercício da memória, ouvir o que as pessoas residentes da região da Pequena África têm a dizer, através do exercício de suas próprias consciências, permite trazer a este estudo imagens com referências ao passado do local, evidenciando elementos das culturas e historicidades por meio das vivências ocorridas naquela localidade ao longo do espaço e do tempo. Sendo assim, é possível romper as limitações dos nossos próprios olhares e sensibilidades, resultantes de representações naturalizadas e difundidas na sociedade, que muitas vezes são um obstáculo para uma melhor percepção da realidade a ser estudada. Desta forma, é evidente que estejamos atentos ao lugar destes sujeitos na história da Pequena África, buscando entender como seu modo de viver e trabalhar pode estar ligado com a construção histórica daquela região. Sendo também oportuno que saibamos distinguir os olhares nostálgicos dos moradores sobre lugares e causas perdidas, uma vez que o exercício da memória acaba os cativando a trazer experiências vividas e desejadas do seu passado, ofuscando as possibilidades de reflexões quanto às relações entre memória e história.

Outro elemento ao qual devemos estar atentos é o da censura, muito por conta da própria condição das relações sociais e culturais vividas, sendo necessário entender como as instituições e forças dominantes acabaram por encobrir modos específicos de vida das camadas mais populares da sociedade. E é na região da Pequena África que esse embate se mostra evidente, onde as reformas realizadas pelo projeto Porto Maravilha, decorrente da preparação da cidade para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e inspirada na reformulação urbana realizada na cidade de Barcelona em 1992, acabariam por censurar o patrimônio cultural e memórias africanas e afro-brasileiras do local ao instalarem na região a mesma visão elitista que promoveu

as mudanças na cidade de Barcelona. Mas que diferentemente da cidade espanhola, tiveram na Pequena África um embate com os moradores, uma vez que estes buscaram manter vivas e evidenciar suas expressões culturais.

Em outro artigo de Yara Maria Aun Khoury, intitulado *O historiador, as fontes orais e a escrita da história*, é evidenciado como o exercício de memória da cultura popular está diretamente ligada aos processos sociais vividos e disputados, onde determinadas forças se tornam hegemônicas e outras se tornam ofuscadas, mas não desaparecem. É, portanto, papel dos historiadores torná-las mais visíveis, de maneira que outras memórias possam vir a disputar espaços frente às memórias hegemônicas solidamente enraizadas na sociedade. E é através do olhar sobre homens e mulheres negras como indivíduos sociais que acabamos percebendo o quanto suas experiências e memórias são moldadas por esta tensão. Da mesma forma que um elemento cultural afro-brasileiro como o samba pode estar ligado à história familiar de um indivíduo ou coletivo na região da Pequena África, ele pode estar diretamente ligado à manutenção da realização da roda de samba às segundas-feiras na Pedra do Sal. Ou seja, esta roda de samba representa uma ação coletiva que se forja através das disputas, vontades e escolhas inseridas nas relações de poder daquele meio social (Khoury, 2004, p.15).

Também podemos evidenciar a importância do exercício da memória através do artigo produzido pelo Grupo Memória Popular, intitulado *Memória popular: teoria, política e método*, que nos permite entender que as memórias do passado são resultado de elementos singulares complexos que representam os vestígios de uma época remota. De forma que esta memória tem como principal problemática a necessidade de reconhecer a si mesma como o produto de um processo histórico que acabou por proporcionar marcas pessoais sem deixar vestígios físicos (Grupo Memória Popular, 2004, p.286).

Sendo assim, a análise a respeito dos conceitos de patrimônio cultural e memória formulados por Ynaê Lopes dos Santos e o Grupo Memória Popular nos mobilizou a incluir, neste trabalho, não apenas elementos factuais da historiografia africana e afro-brasileira, indo de acordo com o cumprimento da Lei 10639/2003, como também nos permite trabalhar junto aos alunos uma percepção mais subjetiva sobre a realidade da localidade a ser explorada na aula de campo. Com isso, buscamos desenvolver entre eles uma noção crítica acerca dos processos de apagamento ocorridos no tecido social urbano, cujas memórias, materiais e imateriais, se expressam de múltiplas formas, em articulação com reflexão sobre a realidade, no presente e no passado, dos territórios urbanos nos quais residem, no subúrbio do Rio.

2.2 Analisando a Priorização Curricular de História de 2021 e o Material Rioeduca – 2022:

Antes de dialogar a respeito do porquê da realização de um roteiro para uma aula de campo na região da Pequena África, é necessário analisar o currículo e os cronogramas didáticos estabelecidos pela rede municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro, a fim de compreender de que forma abordagem sobre a historiografia e cultura africana e afro-brasileira estão sendo dialogados com os alunos, tomando como base argumentativa os artigos *O patrimônio cultural no ensino de história: entre teoria e prática*, de Maria Helena Pinto, e *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história* e *O historiador, as fontes orais e a escrita da história*, ambos desenvolvidos por Yara Maria Aun Khoury. O segundo passo a ser elaborado como forma de análise sobre a realidade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na rede municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro, é a busca de documentos didáticos que exemplifiquem o cronograma elaborado pela prefeitura com o objetivo de atingir todas as escolas da rede pública de ensino. Como a aula de campo na região da pequena África tem como intuito atender os estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Ministro Gama Filho⁶, localizada no bairro do Lins de Vasconcelos, na região do Grande Méier, realizaremos uma busca e conseqüentemente uma análise sobre os documentos oficiais, mapear os conteúdos propostos pela rede municipal de ensino do Rio de Janeiro para este segmento.

2.2.1 Priorização Curricular 2021 – Ensino Fundamental – História

O primeiro documento que encontramos ao fazer uma rápida busca na internet se trata da *Priorização Curricular 2021 – Ensino Fundamental – História*, currículo este que foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro no primeiro ano da terceira gestão do prefeito Eduardo Paes, momento este em que ainda ocorria a pandemia de COVID-19. Este documento necessitou de adaptações que pudessem minimizar os impactos socioeconômicos causados pelo contexto pandêmico, principalmente ao enfatizar um ensino híbrido, com aulas presenciais e a distância, de modo a contribuir para o apoio pedagógico aos professores da rede, destacando as habilidades a serem atendidas aos alunos do 1º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental, sendo estas distribuídas de acordo com os atributos da Lei 14.040/2020, que propõe o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

⁶ Escola municipal localizada na rua Engenheiro Eufrásio Borges, junto à comunidade da Gambá, uma das maiores do chamado Complexo do Lins, a qual atende os alunos do entorno do Hospital Naval Marcílio Dias.

Inserida no 4º bimestre do 7º ano do ensino fundamental, existe o eixo intitulado “Lógicas comerciais e mercantis da modernidade”, onde são propostas as seguintes habilidades: analisar as características sociais e econômicas que promoveram a passagem do mercantilismo para o capitalismo com ênfase as lógicas mercantis europeias de domínio do mundo atlântico e as dinâmicas comerciais americanas e africanas em contato com outras sociedades; analisar as dinâmicas de comércio de escravizados, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico, as regiões africanas de procedência dos escravizados e as consequências do comércio de escravizados a partir do conceito de diáspora africana; discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval. Observando estas habilidades, é evidente o enfoque eurocêntrico da abordagem historiográfica a respeito do comércio transatlântico e das relações entre os diferentes povos africanos, possuindo uma abordagem voltada para o modus operandi do comércio de escravizados e seu impacto comercial no continente americano (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2021, p.15).

Ao analisar o conteúdo previsto para o 8º ano do ensino fundamental, é notório que o eixo e as habilidades destinadas ao 7º ano são novamente propostas para o 8º ano, mas desta vez inseridas no 2º bimestre. Já no 4º bimestre, dentro do eixo “O Brasil nos séculos XVIII e XIX” está presente a seguinte habilidade: identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão, com destaque ao reconhecimento de formas de lutas e de resistências à escravização no Brasil, e discutir a importância de ações afirmativas. Através desta habilidade é possível observar um maior cuidado da secretaria municipal de educação em trazer uma reflexão a respeito das consequências socioeconômicas decorrentes do modelo escravista que perdurou no território brasileiro por mais de 350 anos, assim como busca evidenciar os modos pelos quais as populações negras resistiram e mantiveram sua cultura herdada do continente africano viva (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2021, p.16-17).

Ainda sobre o conteúdo dedicado ao 8º ano, mais especificamente no 4º bimestre, encontramos o eixo “Novas perspectivas, atores sociais e organizações do mundo no século XIX”, onde observamos uma abordagem de caráter eurocêntrica sobre as leis abolicionistas e as consequências econômicas do fim da escravidão no Brasil, negligenciando o papel de lideranças afro-brasileiras como Luís Gama, José do Patrocínio e os irmãos Rebouças, assim como pela luta por direitos protagonizadas pelos recém libertos, necessárias frente ao contexto de cidadania restrita ou ausente, observáveis através das perseguições que essa população

sofreu por causa de suas práticas culturais e religiosas, principalmente entre o final do século XIX e o início do século XX (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2021, p.18).

Sendo assim, podemos concluir que esta priorização curricular teve o intuito de auxiliar os professores no que diz respeito às habilidades a serem cumpridas de acordo com a Lei 14.040/2020, mas que ao mesmo tempo não buscou se desenvolver como um currículo mínimo, e sim sendo uma objetiva orientação para o exercício da profissão docente dos professores da rede municipal, de modo que outro material, o *Rioeduca*, também funciona como um material de suporte e referência. Sendo que, as noções de patrimônio cultural e memória sequer são citadas ao longo do documento.

2.2.2 *Material Rioeduca*

O segundo documento aqui analisado é o material dedicado ao 8º ano do ensino fundamental intitulado *Rioeduca 1º Semestre 2022*, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação do município do Rio de Janeiro, o qual foi pensado para ser utilizado para a execução de aulas remotas no contexto da pandemia de COVID-19, sendo este material um apoio à priorização curricular, anteriormente analisada. Este documento se diferencia da priorização curricular ao promover para os alunos da rede pública de ensino do Rio de Janeiro a ideia de que estes podem criar e descobrir através de um material amplo e considerado pela própria SME como “divertido”. Contendo este documento uma versão destinada aos alunos e outra dedicada aos professores, sendo importante salientar que o acesso a este material é feito através da página da Multirio⁷, podendo ser consultada através de celulares, computadores e tablets.

Logo na primeira parte do material *Rioeduca* destinado ao 8º ano do ensino fundamental, ocorre uma abordagem intitulada “A África antes dos europeus”, momento este em que ocorre um foco do material a respeito da historiografia do continente africano no período anterior à chegada dos europeus, sendo desmistificada a ideia de homogeneidade cultural dos povos africanos, evidenciando que havia uma grande diversidade de etnias, religiões e organizações políticas, assim como também é abordada a resistência dos povos com relação ao dominador europeu, além dos desafios relacionados às condições climáticas do continente. Outro assunto dialogado nesta parte do material diz respeito à dispersão dos povos Bantos e o estabelecimento Reino do Congo no século XIV, evidenciando o domínio destes povos sobre a metalurgia e

⁷ Empresa pública da Prefeitura do Rio de Janeiro fundada em 1993, responsável pelo desenvolvimento de uma inovação educacional que integre a tecnologia e a comunicação com a prática pedagógica.

agricultura, a participação de mulheres na vida política, o uso de conchas como moedas, além de afirmar que a maioria dos escravizados que chegaram ao Brasil vieram desta região. E ainda é realizada uma breve abordagem sobre os povos Iorubas, apresentando como sua principal característica a descentralização políticas das cidades, evidenciando que fora na Bahia a principal porta de chegada de escravizados desta etnia. E finalizando esta abordagem sobre o continente africano, o material trata da formação dos reinos sudaneses como o Império do Mali e o Reino de Gana, locais caracterizados pela prática do islamismo e do forte comércio de ouro, cobre e sal, bem como a força das escolas presentes nesta região, que acabavam por atrair pessoas de várias partes do continente africano (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2022, p.117-119).

Um pouco mais adiante no material *Rioeduca* é abordado o tráfico transatlântico de escravizados, enfatizando que este foi um triste momento da história do Brasil. São apresentados dados estatísticos que apontam um total de 36 mil viagens entre os continentes africano e americano, bem como é afirmado que no território brasileiro havia um total de 188 portos de chegada de escravizados, sendo os principais os do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que receberam ao todo por volta de 12,5 milhões de homens, mulheres e crianças africanas. É apresentado um importante dado que diz respeito à questão do racismo no Brasil contemporâneo, onde 80% da população afro-brasileira está inserida entre os 10% mais pobres do país. Também é discutida a diferenciação dos termos “escravizado” e “escravo”, enfatizando que ao utilizar o termo escravo acabamos ignorando os eventos que condicionaram as pessoas à condição de escravizados, sendo o termo escravizado o mais adequado pois considera a condição destas pessoas (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2022, p.136-137).

Em seguida, é realizada uma discussão sobre a aquisição de escravizados no continente africano, que ocorreram através do sequestro de moradores de vilarejos litorâneos e da negociação com lideranças africanas, principalmente o rei do Congo, que no século XVI tornou-se o principal fornecedor de escravizados para mercadores portugueses. É importante citar que muitas vezes estes comerciantes oriundos de Portugal adquiriam os escravizados através de crédito com a promessa de trocas de tecidos, cachaça, tabaco e armamentos com os chamados sertanejos que adentravam o território na intenção de capturar futuros cativos. Outra questão abordada diz respeito à diáspora africana, onde a expressão é explicada como sendo referente as imigrações forçadas de africanos para o continente americano enquanto escravizados, sendo a maioria dos escravizados que chegaram ao Brasil os chamados sudaneses e bantos, que saiam

principalmente de portos na região conhecida como Costa da Mina, onde atualmente se localiza a nação de Gana, e dos portos Luanda e Benguela, localizados na atual Angola (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2022, p.138).

Outro tópico abordado no material *Rioeduca* se refere aos navios tumbeiros, no qual se explica a utilização desta nomenclatura, muito por conta da grande mortalidade de pessoas ocorrida durante a travessia do Oceano Atlântico. É evidenciado que muitos escravizados adoecidos acabavam sendo jogados ao mar ainda vivos para que não transmitisse suas doenças para outros escravizados, uma vez que estes ficavam confinados no porão destes navios em condições desumanas, convivendo durante a longa travessia com ratos, dejetos humanos, além de doenças como varíola e sarampo. Em seguida é trazido o tema do comércio triangular, praticado principalmente por empresas privadas europeias que construíam navios, contratavam marinheiros e em seguida realizavam uma rede de comércio entre os continentes europeu, africano e americano, permitindo a troca de produtos americanos como açúcar, tabaco e algodão por escravizados na costa africana (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2022, p.139).

E concluindo a abordagem sobre escravidão, o material do *Rioeduca* realiza uma comparação entre a escravidão na antiguidade e a escravidão moderna, pontuando que ao longo da história o ato de escravizar um semelhante foi visto como algo comum, sendo o ato de repudiar a escravização uma construção muito mais recente, sendo amplamente debatida a menos de 200 anos. É evidenciado que enquanto na antiguidade a cor dos escravizados não era algo relevante, bem como a origem de escravizados era normalmente proveniente de guerras, de dívidas não pagas ou como punição de crimes graves, a escravidão moderna se utilizou de uma visão racista que determinou que a cor de escravizados deveria ser de cor negra, além de uma direta vinculação com o processo de escravização de negros africanos estarem ligados a demanda crescente por mão de obra no continente americano, retirando destas pessoas o caráter humano e os colocando como objeto de trabalho. Também é informado que no Brasil essa mão de obra foi utilizada principalmente nas lavouras e dentro das casas das elites políticas e econômicas, e já no século XIX tornou-se comum a presença dos chamados “escravos de ganho”, que realizavam atividades nas cidades sob mando de seus senhores (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2022, p.140).

2.2.3 Analisando a conformidade dos documentos com a Lei 10.639/2003 e as noções de memória e patrimônio cultural

Ao observamos primeiramente a *Priorização Curricular 2021*, notamos que este documento produzido pela Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro tem como finalidade permitir que os docentes tenham uma base mais generalista a respeito da abordagem historiográfica e cultural sobre o continente africano e as populações afro-brasileiras, ficando a cargo dos próprios docentes realizarem uma abordagem mais centrada nas questões propostas pela Lei 10.639/2003.

Já no caso do material *Rioeduca*, é evidente uma maior abrangência de conteúdos relacionados a história e cultura africana e sobre o comércio transatlântico de africanos escravizados, sendo apresentado aos alunos de 8º ano do ensino fundamental as relações existentes entre os povos do continente africano, o desenvolvimento de sociedades politicamente estruturadas, bem como a forma de escravidão que existia no período anterior ao comércio de escravizados impulsionado pelas nações europeias. É evidenciada as condições dos chamados navios tumbeiros, onde homens, mulheres e crianças africanas perdiam sua humanidade e se tornavam objetos a terem sua força de trabalho explorada.

De modo geral, podemos concluir que quanto ao caráter expositivo do conteúdo histórico sobre o continente africano e das comunidades afro-brasileiras, existe um empenho por parte da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro em desenvolver um conteúdo voltado tanto para o auxílio de professores quanto para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira de acordo com a Lei 10.639/2003. Porém, é nítido que tanto a *Priorização Curricular 2021* quanto o material *Rioeduca* carecem de uma abordagem voltada para o exercício da memória e de uma educação patrimonial voltada para a cultura. Dessa forma, creio que a possibilidade de realizar uma aula de campo na região da Pequena África possibilitará aos alunos uma compreensão muito mais ampla quanto as complexas relações entre os diferentes povos africanos, a sua vinda para o Brasil através do tráfico transatlântico, os movimentos de resistência cultural que existiram em solo brasileiro, e do impacto causado pelo apagamento promovido pelas elites políticas do Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. Sendo que, uma vez que percorrerem as ruas dos bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo, os alunos observarão que as populações afro-brasileiras remanescentes daquela região buscam manter vivas as memórias de seus antepassados que vieram forçadamente para o Brasil e sobreviveram à quatro séculos de escravidão vigente, além compreenderem a luta pela permanência e recuperação de patrimônios culturais de grande importância simbólica para estas pessoas, como

o samba, a capoeira, o jongo, os terreiros de candomblé, entre outros elementos presentes na região.

2.3 A cidade que educa: Memória cultural e histórica da região da Pequena África:

Através da análise do artigo sobre o emprego da Lei 10639/2003, das leituras voltadas para o exercício da memória e do patrimônio cultural, bem como dos materiais elaborados pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, dialogaremos a partir de agora sobre a escolha de se realizar uma aula de campo na região da Pequena África, de modo que esta proposta seja contemplada como um produto pedagógico voltado a contribuir para a qualificação da formação dos estudantes da rede frente aos limites abordados no artigo de Ynaê Lopes dos Santos sobre os materiais didáticos. Contando com a reflexão sobre memória e patrimônio cultural trazidos pelos textos de Yara Maria Aun Khoury e Maria Helena Pinto, busca-se promover junto aos alunos a incorporação da ideia de cidadania através das suas vivências nos diferentes espaços da cidade.

Um texto que nos permite compreender essa noção do espaço da cidade como elemento de formação do cidadão é o artigo *A escola que na cidade educa*, de Moacir Gadotti, o qual pontua que a vivência na cidade por si só já possibilita o desenvolvimento de um espaço cultural de aprendizagem, sendo necessário que a cidade promova o protagonismo de todos os cidadãos para que estes possam ter acesso a esta cidade educadora. Sendo que, é através da criação de canais que possibilitem a participação dos cidadãos que a cidade passa a ser um elemento educador, principalmente por meio do tratamento de sua memória, que estende, reproduz e se comunica com as novas gerações que se integram ao seu espaço (Gadotti, 2006, p.135-136).

Sendo assim, devemos considerar que a observação socioespacial da região da Pequena África possibilitará aos alunos do 8º ano de ensino fundamental uma melhor compreensão quanto as noções de resistência e memória, uma vez que diferentes espaços históricos e culturais da região buscam apresentar aos visitantes não somente a factualidade histórica do período em que a escravidão estava vigente no Brasil, mas também apresentar os indivíduos negros que ali residiram e buscaram manter vivas suas raízes provenientes do continente africano, assim como alguns grupos de escravizados que também lutaram para manterem vivos em seus grupos sociais suas religiosidades, suas musicalidades, suas danças e seus conhecimentos trazidos do continente africano.

A realização desta aula de campo permitirá que os alunos tomem para si um ponto de vista mais complexo, que infelizmente é limitado pelas quatro paredes de uma sala de aula convencional. Uma vez que os alunos estarão em meio ao espaço público da cidade, as noções socioespaciais se integrarão aos conhecimentos adquiridos dentro da sala de aula. Sendo que, ao caminharem por localidades de interesse histórico, observando ruas de calçamento “pé-de-moleque”, casarios e estátuas de figuras de interesse cultural, os alunos acabarão por interagir com uma nova realidade, onde a cada minuto podem surgir novas perguntas e debates sobre os temas dialogados durante a caminhada, sendo este processo fundamental para o entendimento da ideia de patrimônio.

Outro elemento sempre presente em caminhadas culturais, principalmente no caso da região da Pequena África, é a presença de murais que homenageiam figuras históricas de grande importância cultural para as populações afro-brasileiras, como Tia Ciata, Prata Preta, Hilário Jovino e Donga, sendo que, cada um destes personagens recebe para si uma importância sobre a memória de diferentes elementos culturais afro-brasileiros da região, como da religiosidade, através dos terreiros de candomblé, da capoeira, como forma de resistência física, dos ranchos, como expressão carnavalesca, e das rodas samba, como meio de sociabilidade dessas populações.

Sendo assim, concluímos que o exercício da memória e do patrimônio cultural sobre a história na região da Pequena África através da realização da aula de campo, permitirá que as vozes das populações afro-brasileiras, ofuscadas pelos pensamentos hegemônicos elitistas da sociedade, possam ser ouvidas pelos alunos do 8º ano do ensino fundamental, que junto ao diálogo factual sobre a história do local, permitirá que o âmbito social do local também seja intrínseco ao roteiro, possibilitando aos alunos observar quais memórias e manifestações culturais estão ali presente e são mantidas vivas pelas pessoas que ali vivem e/ou trabalham.

RUAS, BECOS E MONUMENTOS: A PEQUENA ÁFRICA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO PEDAGÓGICA

3.1 A cidade como locus de intervenção pedagógica: relato de experiências:

Ao propor a realização de um roteiro de aula de campo na chamada Pequena África, que corresponde aos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, localizados na região central da cidade do Rio de Janeiro, considere a experiência adquirida em diferentes oportunidades através da realização de diferentes roteiros pela região. A primeira oportunidade que tive de acompanhar roteiro de aula de campo na Pequena África foi em 2019, tendo o guiamento sido feito pelo professor da UERJ Antônio Edmilson, no qual percorremos trajeto entre o Largo de São Francisco da Prainha e o Museu da História e Cultura Afro-brasileira, o MUHCAB, com paradas na Pedra do Sal, no Jardim Suspenso do Valongo, no Cais do Valongo, na Praça da Harmonia e no Instituto dos Pretos Novos (IPN). A segunda oportunidade ocorreu em 2022, com o guiamento conduzido pelo professor do Cap-UERJ José Roberto, cujo trajeto teve início no Cemitério dos Ingleses, passando pelo MUHCAB e pelo IPN, sem entrar nos espaços, para, em seguida, realizar o mesmo roteiro da primeira experiência, só que de maneira reversa.

Entre os anos de 2024 e 2025 pude, em duas oportunidades, acompanhar como ouvinte o passeio organizado pelo próprio Instituto dos Pretos Novos. Na primeira oportunidade, realizei o Circuito Herança Africana, que teve início no Largo de São Francisco da Prainha, seguindo pela Igreja de São Francisco da Prainha, Pedra do Sal, subida do Morro da Conceição, descida pela casa João de Alabá, Jardim Suspenso do Valongo, Cais do Valongo, Praça da Harmonia, com finalização no Instituto dos Pretos novos. Na segunda experiência, realizei o Circuito Cemitério a Cemitério, com início no Largo da Igreja de Santa Rita de Cássia, com trajeto seguindo até o Largo de São Francisco da Prainha, Pedra do Sal, Cais do Valongo, Praça da Harmonia, com encerramento no Instituto dos Pretos Novos. Enquanto o primeiro roteiro enfatizou personalidades que contribuíram para memória e cultura afro-brasileira na região, como Hilário Jovino, Heitor dos Prazeres, Tia Ciata e João de Alabá, o segundo teve um enfoque nos processos do tráfico transatlântico e na chegada de africanos escravizados na cidade do Rio de Janeiro, bem como a lógica comercial e os processos de “enterro” dos corpos daqueles indivíduos que acabavam perecendo antes de serem vendidos no mercado do Valongo.

Diferentemente das quatro vezes em que realizei os roteiros na região da Pequena África como ouvinte, pude realizar, como professor, em três ocasiões, aulas de campo junto aos alunos do Colégio Santo Agostinho Novo Leblon, organizadas pela empresa de turismo pedagógico

Veronese Turismo. Essas atividades de campo ocorreram em 2023 e 2024, nos meses de junho por conta do período menos chuvoso, tendo como primeira parte do roteiro a região da Praça XV de Novembro, onde foram trabalhados o Paço Imperial, o Arco do Teles, a Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores e a Igreja do Carmo, antiga Sé da cidade. Já na segunda parte do roteiro, percorremos os bairros da Saúde e Gamboa, com abordagem focando as casas de Zungu, no Largo de São Francisco da Prainha; a estátua de Mercedes Batista, e sua importância para a introdução da dança afro-brasileira no Theatro Municipal; a importância cultural da Pedra do Sal, com destaque para as figuras de Tia Ciata, Pixinguinha, Hilário Jovino e Heitor dos Prazeres. Em seguida, percorremos o Jardim Suspenso do Valongo e o Cais do Valongo, momento em que foi enfatizada a travessia transatlântica e a infraestrutura montada na cidade para o comércio da população escravizada, enfatizando o processo de chegada destas pessoas bem como os locais pelos quais havia algum tipo de tratamento quando necessário, como as casas de engorda ou lazareto. Em seguida, seguimos para a região próxima do IPN, no qual realizamos uma parada na Praça da Harmonia. Nela, discorremos sobre Horácio José da Silva, o Prata Preta, que liderou a revolta popular naquela região durante a Revolta da Vacina (1904). Por fim, encerramos a aula de campo com uma visita ao IPN, onde dialogamos com os alunos sobre a desumanização dos corpos de pessoas negras que faleceram antes de serem vendidas no mercado de escravizados do Valongo, as quais eram esquartejadas e jogadas no pequeno terreno onde hoje se encontra a rua Pedro Ernesto, espaço no qual as ossadas se acumulavam.

Tanto a realização dos roteiros na posição de ouvinte, quanto a experiência como professor guia me permitiram uma maior familiaridade com essa região central do Rio e os temas relativos à história e cultura africana e afro-brasileira, como, por exemplo, o tráfico transatlântico de escravizados. Logo, é objetivo desta proposta pedagógica organizar roteiro fundamentado em uma ampla bibliografia calcada nas discussões acerca da memória social e da educação patrimonial, além de um prévio conhecimento sobre a região a ser visitada. Para a construção deste roteiro, discutiremos elementos fundamentais da relação entre professor e estudantes da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, provenientes da Escola Municipal Ministro Gama Filho, em funcionamento no bairro Lins de Vasconcelos, no subúrbio da zona norte do Rio. Escola esta que atende ao ensino fundamental II, recebendo crianças e adolescente residentes do próprio bairro, assim como de áreas adjacentes como o Méier e o Engenho Novo, sendo fundamental para o recebimento de alunos provenientes das comunidades da Boca do Mato. Cachoeirinha, Gambá e Cotia.

3.2 Estratégias pedagógicas:

Um elemento a ser destacado antes da construção do roteiro de aula de campo diz respeito à maneira pela qual buscaremos realizar uma conexão entre a realidade vivida pelos estudantes no entorno da Escola Municipal Ministro Gama Filho com os elementos históricos, culturais e sociais dos residentes na região da Pequena África, uma vez que a presença da população negra no bairro do Lins de Vasconcelos ocorre desde o século XVIII, momento em que se estabeleceu produção açucareira nas fazendas do chamado Engenho Novo (Gomide, 2019, acessado em 17/07/2025). E com a abolição da escravidão em 1888, muitos dos antigos escravizados acabaram ocupando as regiões de encostas dos morros que deram origem ao atual Complexo do Lins⁸, juntando-se a estas pessoas que ficaram desalojados pelas políticas de remoção de cortiços do dentro da cidade, sendo que, desenvolvendo-se ao longo do século XX nestas comunidades um importante núcleo de resistência cultural e social responsável, dentre outras, por iniciativas que deram origem as escolas de samba Lins Imperial e Unidos do Cabuçu (Gomes e Araújo, 2013, acessado em 08/05/2025). Com isso, busca-se identificar quais ações e elementos da vida cotidiana podem ser enquadradas e compreendidas como formas de resistência por parte das comunidades que ali se formaram, em sua grande maioria composta por homens e mulheres negras. Desta forma, poderemos incluir aqui algumas leituras que enfatizam o papel do professor como mediador entre a realidade do aluno e as histórias e memórias privilegiadas a partir do roteiro da aula de campo.

O primeiro texto a ser utilizado como ferramenta se trata do livro *Formar professores como profissionais reflexivos*, de Donald Schön, que propõe aos professores uma reflexão para além do seu campo de atuação, onde deve-se pensar não somente o caráter factual da historiografia, mas também valorizar as relações humanas intrínsecas aos acontecimentos que possibilitaram a construção de uma historicidade e uma culturalidade, a exemplo do que ocorre na região da Pequena África, permitindo assim que este professor reflexivo busque expandir seu campo de trabalho e desenvolver novas propostas de reflexão para a aula de campo. Donald Schön também propõe que os professores busquem identificar quais as formas de exposição do conhecimento que permitem uma maior eficácia na sua ação docente, bem como a necessidade de se adquirir competências que permitam maior auxílio aos alunos em momentos de dúvida,

⁸Conjunto de comunidades que engloba a encosta dos bairros do Lins de Vasconcelos e do Grajaú, concentrando por volta de 150 mil habitantes.

ficando a critério do professor compreender que é importante dar razão ao aluno quanto suas dúvidas (Schön, 1992, p. 8-12). Através desta publicação, será possível que a construção do roteiro da aula de campo reflita acerca das relações sociais existentes entre as diversas sociedades africanas que chegaram aqui através do tráfico de escravizados, bem como sobre as condições das viagens transatlânticas realizadas através dos navios tumbeiros.

Uma segunda obra que tomamos como base teórica é o artigo *Ensino de História: saberes em lugar de fronteira*, de Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, o qual destaca a criação e fragmentação do objeto analisado de acordo com a narrativa que nós professores trazemos, enfatizando o campo da retórica dentro do trabalho do professor, possibilitando assim utilizar a construção narrativa da aula de campo como meio de aproximar a realidade dos alunos dos objetos a serem analisados, pensando também as dinâmicas dentro e fora da sala de aula, que, segundo a autora, permite aos professores de história serem mediadores entre o conteúdo e o aluno, sendo importante considerar o contexto social da turma a ser levada à aula de campo, buscando ter sempre clareza no conteúdo o qual se busca historicizar (Monteiro, 2011, p. 194-198). A utilização deste artigo permitirá que dentro da região a ser visitada seja possível compreender as diferentes dinâmicas sociais e culturais das populações negras escravizadas, assim como as inúmeras formas de resistência por elas desenvolvidas ao longo do tempo.

A prática educativa: como ensinar, do pedagogo espanhol Antoni Zabala, é um referencial importante para refletirmos acerca do papel social do professor na construção do conhecimento pedagógico e nas preocupações a respeito das capacidades cognitivas dos alunos em detrimento da integração total da turma. O autor também discute sobre a abordagem trazida pelos professores, que devido a algum tipo de linguagem errônea, pode gerar incômodo a uma fração dos alunos, causando um afastamento dos mesmos do restante da turma, dificultando, assim, o alcance dos objetivos pedagógicos definidos pelo professor. Outro elemento presente na obra do autor diz respeito à observação dos resultados da efetividade do conteúdo apresentado aos alunos ao final da atividade, considerando os objetivos desta atividade previstos para cada aluno, a natureza dos diferentes conteúdos apresentados a cada um, e a responsabilidade profissional do professor quanto ao atendimento das demandas a serem atendidas (Zabala, 1998, p. 211-215). Sendo assim, este texto se aplicaria na construção da aula de campo através dos cuidados a serem tomados durante a elaboração do roteiro, onde deve-se ter bastante cautela quanto aos termos e exemplificações a serem utilizados, buscando sempre evitar esse tipo de falha durante a aula de campo.

Já outro artigo, intitulado *Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História*, de Flávia Eloisa Caimi, contribui para a construção do roteiro da aula de campo ao propor a relevância do papel dos professores enquanto autores, já que entende o desenvolvimento da aula como a estrutura de um texto. Ao utilizar os estudos epistemológicos do psicólogo Jean Piaget, a autora afirma que o interesse do aluno pela atividade proposta pelo professor dependerá da relação e do vínculo que a atividade o envolve com o seu cotidiano, destacando que o conhecimento só se torna possível quando o sujeito estabelece um equilíbrio com o objeto de estudo. E como consequência desse processo, os alunos, através da cooperação dentro de um trabalho coletivo, apresentam seus próprios argumentos de modo que concordam ou discordam de outros pontos de vista apresentados, o que evidencia um pensamento da realidade comum por parte do próprio aluno (Caimi, 2006, p. 20-26). Dentro do desenvolvimento para o roteiro da aula de campo, as ideias de Flávia Eloisa Caimi nos permitirá trazer o objeto de pesquisa para dentro da realidade do aluno, realizando, por exemplo, uma reflexão acerca do descarte dos corpos dos escravizados mortos logo após a chegada no Cais do Valongo na região do Cemitério dos Pretos Novos, traçando um paralelo com a violência policial tão comum nas favelas da cidade e o tratamento dado ao corpo desfigurado de vítimas fatais em confrontos, muitas vezes expostos em ruas e vielas, sempre a nos lembrar da perene letalidade policial amparada por diferentes governos no âmbito estadual há décadas (Boas e Alleoni, 2024, acessado em: 08/05/2025).

No tocante ao esforço para a construção da relação entre presente e passado na atividade, e sua importância para a formação cidadã dos alunos, foi fundamental a leitura do livro *Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia*, de Rachel Soihet. Nele, é defendido que os professores desenvolvam aulas de campo com abordagem voltada para a cidadania, a cultura e a identidade dos indivíduos, bem como aponta para a necessidade de o professor de história trabalhar, junto aos alunos, a importância da cidade como local de aprendizagem histórica, uma vez que é através destes conceitos que se torna possível o desenvolvimento de um canal que permita a expressão de necessidades e aspirações das parcelas da população menos favorecidas (Soihet, 2003, p. 11-20). Tal perspectiva tem mobilizado minha atuação como professor e orientado a seleção dos territórios da Pequena África incorporados no roteiro da atividade pedagógica, com foco em realizar aulas de campo como ouvinte na região da Pequena África, como os já citados roteiros realizados pelo IPN, a fim de documentar as diversas possibilidades temáticas a serem abordadas dentro do roteiro, com foco nas questões históricas e culturais das populações africanas e afro-brasileiras.

Através do diálogo com a bibliografia, buscamos trazer a realidade histórica e cultural da Pequena África como ponte para reflexão acerca do cotidiano dos alunos nos bairros onde residem. Através de perguntas, provocações, comparações e exemplos, os alunos poderão se identificar com o novo local a ser explorado durante a aula de campo, principalmente através do entendimento das noções de memória, apagamento e da importância do cuidado patrimonial de uma região. Desta forma, os alunos poderão incorporar um novo olhar sobre o espaço no qual residem, estudam, se divertem, possuem referências e identificação, permitindo indagações sobre espaços públicos e privados, edifícios e personagens que residiram e residem no Lins de Vasconcelos. Assim, busca-se a problematização acerca da configuração socioespacial do bairro, sua história e a tessitura de memórias forjadas no interior de laços cotidianos cuja presença na produção historiográfica muitas vezes não mereceu maior atenção.

3.3 Dialogando com a direção, responsáveis e alunos:

O primeiro passo a ser tomado para a realização desta atividade é a apresentação da proposta da aula de campo para a direção da Escola Municipal Ministro Gama Filho, evidenciando que a região da Pequena África possibilita diferentes abordagens dentro dos aspectos históricos e culturais das sociedades africanas e afro-brasileira, dentre eles o tráfico transatlântico, o mundo do trabalho escravizado, as relações familiares entre escravizados, as expressões culturais e religiosas afro-brasileiras, somando a estes aspectos factuais o debate quanto à memória e ao patrimônio cultural da região.

Em seguida, após o diálogo com a direção e a mesma estando de acordo com a atividade, é necessário que os responsáveis pelos alunos sejam comunicados da proposta, podendo a ocasião da reunião bimestral ser uma boa oportunidade para esta apresentação. Será fundamental dizer aos responsáveis que o transporte dos alunos deverá ocorrer por meio de ônibus, sendo necessário que seja disponibilizado através da secretaria de educação um ônibus escolar, devendo a saída da atividade acontecer a partir do portão da escola. Também será apresentado aos responsáveis o roteiro ser percorrido pela região da Pequena África.

A terceira etapa trata-se da apresentação da proposta para os alunos do 8º ano, explicando o passo a passo da aula de campo, motivando-os sobre possibilidade de estudar sobre a história africana e afro-brasileira em um ambiente propício à observação de aspectos geográficos, econômicos e sociais. Deverá estar presente neste diálogo com os alunos todos os elementos de organização envolvendo a necessidade de o grupo se manter unido enquanto realizar todo o

percurso do roteiro, levando em consideração a segurança do grupo quanto ao trânsito nos momentos em que for necessário utilizar a faixa de pedestres, bem como a necessidade de evitar ao máximo a interação com transeuntes que não estejam inseridos na proposta desta atividade.

Em seguida, ficará a cargo da escola a definição da data em que possa ocorrer a aula de campo na região da Pequena África, de modo que não atrapalhe outras disciplinas escolares. E quanto ao momento ideal para a realização desta atividade, será proposta a semana que antecede o recesso escolar do meio do ano, ocorrida entre os meses de junho e julho, período este em que tanto o clima fresco como a pouca quantidade de chuvas possibilita que a realização do roteiro possa ocorrer sem maiores problemas climáticos, uma vez que a região carece de arborização em muitas de suas áreas de circulação. Quanto ao dia de semana propício para esta atividade, suponho que às quartas e quintas feiras sejam as ideias, uma vez que às segundas-feiras ocorre o famoso Samba da Pedra do Sal, nas terças-feiras ocorre a limpeza da região após o samba, e as sextas-feiras é muito comum que aconteçam outros tipos de eventos na região, o que pode prejudicar o diálogo com os alunos e a logística próximo da Pedra do Sal.

Com a aproximação da data prevista para a realização da atividade de campo, a escola deverá fornecer o quantitativo de alunos, sendo prevista a participação de 40 indivíduos, e seus respectivos nomes, a fim de saber quantos alunos tiveram sua ida à aula de campo autorizada pelos responsáveis, sendo possível assim avaliar o quanto a realização de uma aula em espaço não formal é considerada relevante pelos responsáveis para a formação de crianças e jovens, uma vez que ainda são muito raras as saídas de escola para destinos históricos e culturais, sobrando muitas dúvidas quanto a eficiência das mesmas para a formação de crianças e adolescentes. Os alunos também serão informados sobre a importância de levarem consigo garrafa de água, pois o roteiro terá em torno de 3 horas de duração, quanto à alimentação, será combinada com a cozinha da escola o preparo de algum lanche salgado para que os alunos possam comer num momento de parada do percurso no alto do Morro da Conceição. É importante que a matéria a ser dialogada no decorrer da aula de campo já tenha sido apresentada em sala de aula, principalmente quanto às questões do tráfico transatlântico e a lógica escravocrata do Brasil oitocentista.

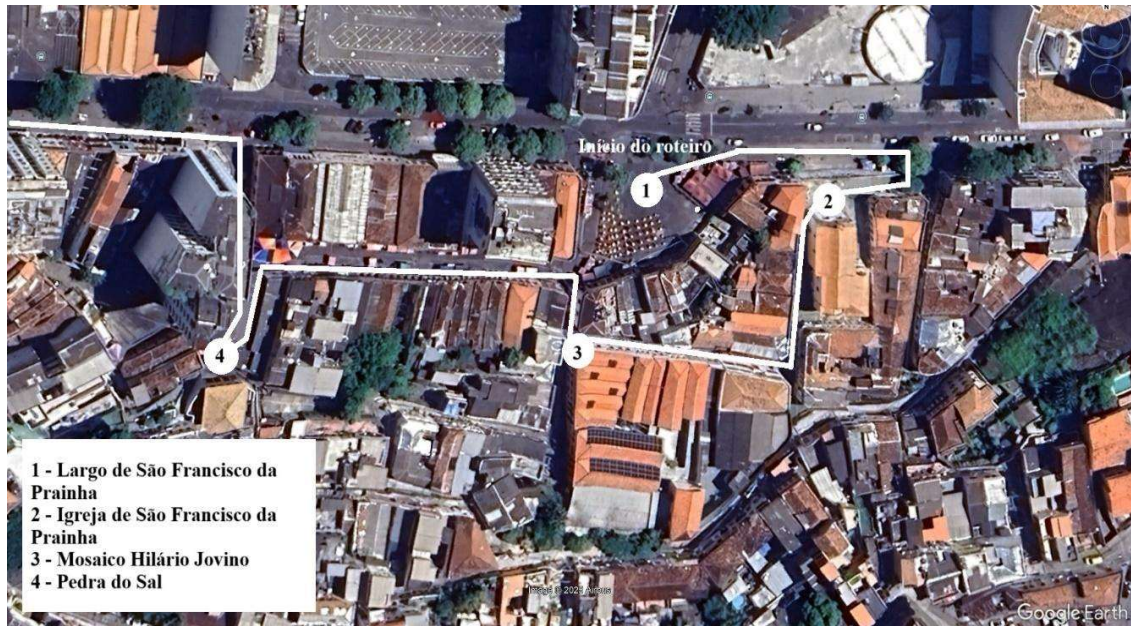
3.4 Construindo o roteiro da aula de campo:

Após dialogarmos a respeito das motivações bibliográficas, limitações pedagógicas, exercício da memória, experiências prévias, metodologia de linguagem, e a organização do roteiro com a escola e responsáveis, seguiremos a partir de agora o processo de construção de um roteiro de aula de campo na região conhecida como Pequena África. Ao longo do desenvolvimento deste roteiro daremos ênfase aos temas que serão abordados em cada um dos locais de parada, sendo que, tomaremos como base para a realização dos diálogos os roteiros que realizei junto aos guias organizados pelo IPN, uma vez que estes têm-se mostrados muito completos quanto aos aspectos factuais. Mas junto a isto, no entanto, outras informações serão agregadas através de perguntas, provocações e paralelos capazes de recuperar aspectos históricos e culturais da Pequena África para a realidade dos alunos cuja escola situa-se no bairro de Lins de Vasconcelos, na Zona Norte do Rio. Por fim, o roteiro como um todo está dividido em três áreas principais: Morro da Conceição, Valongo e Instituto dos Pretos Novos, conforme se pode verificar nos mapas a seguir, nos quais destacamos o caminho a ser percorrido ao longo do roteiro. Lembrando que o roteiro deverá se iniciar por volta das 9 horas de manhã.



Mapa geral do roteiro na Pequena África. Fonte: Google Earth, 2025.

3.4.1 Região do Morro da Conceição:



Mapa da região do Morro da Conceição. Fonte: Google Earth, 2025.

1) Largo de São Francisco da Prainha:

Daremos início ao nosso roteiro da aula de campo pela região do morro da Conceição, mais especificamente no largo de São Francisco da Prainha, o qual apresenta sobrados construídos entre o final do século XIX e início do século XX, assim como a estátua dedicada a bailarina Mercedes Baptista, inaugurada em 2016. O primeiro diálogo dará ênfase às mudanças da paisagem ocorridas naquele local, onde será tratado com os alunos o porquê a região ser chamada de Prainha, sendo necessário explicar que foi no início do século XX, no contexto das reformas urbanas realizadas pelo prefeito Pereira Passos. Como parte das intervenções voltadas à construção do novo Porto da cidade, foi aterrado quase um quilômetro adiante da antiga costa da Prainha para a construção do novo Porto do Rio de Janeiro. Nesse momento, será feita uma observação junto aos alunos, onde buscaremos apresentar o contraste entre as mudanças provocadas pelo poder público, vistas pelos governantes como reformas positivas sob um viés de embelezamento do espaço da cidade, e o crescimento desordenado de favelas, ocasionada pela ineficiência do próprio Estado em suprir as necessidades de moradias (Instituto Pretos Novos, 2021. Disponível em: www.pretosnovos.com.br/2021/07/24/largo-de-sao-francisco-da-prainha/ .Acesso em: 17 de julho de 2025).

Em seguida, abordaremos a presença dos sobrados existentes no largo, os quais ocupam os mesmos lugares de antigas construções erguidas entre os séculos XVI e XIX de entradas estreitas, que acabavam chamando pouca atenção, mas que possuíam em seu interior pátios

abertos, chamadas de zungus, que no idioma bando significava “toca” ou “buraco”. Nestes locais, escravizados e libertos encontravam um espaço no qual poderiam praticar suas religiosidades trazidas do continente africano, bem como poderiam se alimentar um tipo mingau proveniente do milho preparado por quituteiras, prato este que posteriormente deu origem ao angu, palavra esta derivada do termo original zungu. Inclusive, pode-se destacar que no mesmo largo se encontra o restaurante Angu do Gomes, fundado por um imigrante português que se apropriou da cultura gastronômica do local (Rio Memórias. Disponível em: www.riomemorias.com.br/memoria/zungus/ .Acesso em: 08 de maio de 2025). Será feito um paralelo entre as casas de zungu com a Associação de Moradores do Morro da Cachoeira Grande⁹, presente no Lins de Vasconcelos, espaço este que possibilita aos moradores o debate sobre mudanças positivas à comunidade, bem como promove a distribuição de cestas básicas a moradores carentes de assistências.

No terceiro tema histórico e cultural daremos destaque a estátua da bailarina afro-brasileira Mercedes Batista, que apesar de estar representada naquele local, não residiu na região. Será evidenciado que Mercedes ingressou no balé do Theatro Municipal da cidade do Rio de Janeiro na década de 1940, enfrentando naquele período forte preconceito a qualquer traço de padrão cultural que não fosse de origem europeu. Porém, isto não a impediu de introduzir no Theatro Municipal elementos das danças africanas entre os anos 1950 e 1960, sendo também importante destacar que Mercedes Baptista teve contato com os movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1950, que acabaram por influenciar sua conduta perante o eurocentrismo enraizado na cultura brasileira. É essencial trazer para as alunas da turma o exemplo de mulheres negras que se destacaram em outras áreas na atualidade, como Rebeca Andrade na ginástica artística e Maria Júlia Coutinho na comunicação. Também Fazendo uma menção ao mural dedicado à escritora mineira Conceição Evaristo¹⁰.

2) Igreja de São Francisco da Prainha:

O nosso segundo ponto de parada, ainda na região do Morro da Conceição, será na igreja de São Francisco da Prainha, localizada a apenas cem metros do largo. O primeiro diálogo a ser realizado com os alunos será a respeito da construção da própria igreja, erguida no final do

⁹ Associação fundada em 1985 que busca garantir os direitos sociais da população local, bem como promove atividades ligadas à arte e à cultura.

¹⁰ Maria da Conceição Evaristo de Brito, mulher negra, nasceu em Minas Gerais em 1946, tornou-se nos anos 2000 uma das mais influentes linguistas do Brasil através da publicação de obra *Ponciá Vicêncio*, de 2003. Atualmente coordena a Casa da Escrivência, local em que possibilita ter acesso ao seu acervo pessoal.

século XVII, a pedido do padre Francisco da Motta, que era um homem mulato filho de uma negra escravizada e de um português branco. Neste momento, enfatizaremos que a violência sobre o corpo da mulher negra através da violação sexual praticada por homens brancos, resultou no nascimento de crianças mestiças, muitas vezes renegadas por estes pais brancos. Continuando o diálogo sobre a igreja, daremos ênfase sobre a invasão francesa à cidade ocorrida no início do século XVIII liderada pelo corsário René Duguay-Trouin, que acabou por destruir a construção original da igreja, que somente alguns anos depois fora reconstruída, já em estilo barroco, a qual encontra-se presente até os dias atuais (Diário do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: www.diariodorio.com/historia-quando-os-franceses-invadiram-o-rio-de-janeiro-entrando-pela-regiao-de-guaratiba/ . Acesso em: 08 de julho de 2025).

Caminhando para a lateral esquerda da igreja observamos que o chão está repleto de grandes pedaços de pedra de tamanhos irregulares pelo caminho, sendo este calçamento conhecido como pé-de-moleque, que se tornou padrão em muitas das ruas da cidade a partir do século XVIII. Estas pedras, provenientes de Pedreiras próximas à região, eram transportadas por homens negros escravizados que realizavam este trabalho principalmente através do aluguel pago aos seus senhores pelo uso de sua mão de obra. Neste ponto, será enfatizado o trabalho braçal exercido por homens escravizados dentro do ambiente urbano, que para além de vendedores de mercadorias como frutas e utensílios para o dia a dia, também realizavam as funções consideradas humilhantes e insalubres, como, por exemplo, os chamados “escravos tigres”, que carregavam em tigelas de barro os dejetos provenientes da casa do seu senhor (Moura, 2004, p.389).

3) Mosaico de Hilário Jovino:

Seguindo pelo beco João José e indo em direção ao beco João Inácio, encontraremos nosso terceiro ponto de parada, um mosaico dedicado a Hilário Jovino, homem negro de origem baiana que migrou para a cidade do Rio de Janeiro na década de 1870 para trabalhar como estivador no porto, trazendo consigo a cultura do samba de roda, bem como elementos do carnaval de rua existente na cidade de Salvador. Sua figura, considerada pelas autoridades do período a representação da imagem do malandro, fora de extrema importância para a resistência do samba durante o início do século XX, junto de Tia Ciata, bem como fora de suma importância para o desenvolvimento do rancho Reis de Ouro, expressão carnavalesca que posteriormente deu origem aos blocos de rua. Ao desfilar no rancho, Jovino era acompanhado por uma representante feminina da região, que levava consigo um mastro com o estandarte da

agremiação, enquanto era cortejada. Esta expressão, própria dos ranchos, foi a origem do mestre-sala e da porta-bandeira (Marcondes, 1999, p. 287). Após esta fala, será perguntado para os alunos sobre as festividades carnavalescas existentes na região do Lins de Vasconcelos, buscando saber se algum deles conhece ou participa ativamente de blocos ou escolas de samba no bairro.

4) Pedra do Sal:

Descendo o beco João Inácio e seguindo pela Rua São Francisco da Prainha, chegamos na Pedra do sal, nossa quarta e última parada na região do Morro da Conceição. Neste momento, os alunos deverão subir a escadaria talhada na rocha e se sentar virados para a parte de baixo, de onde poderão observar tanto o mural presente na parede de um prédio logo ao lado, bem como poderão ter a dimensão espacial do local. A primeira abordagem na Pedra do Sal é histórica, onde explicarei sobre a importância do local como parte de um caminho entre um antigo cais que havia na região do Valongo e os armazéns que se localizavam onde hoje é a Rua São Francisco da Prainha. Enfatizaremos que o nome “Pedra do Sal” não foi escolhido por acaso, pois o produto era uma das principais mercadorias transportadas em sacos por homens negros escravizados por este caminho entre os séculos XVII e XVIII, sacos estes que muitas vezes acabavam perfurados, o que fazia com que partes da rocha ficassem cobertas com o sal que havia caído. Novamente deveremos dialogar sobre as formas de trabalho braçal exercidas pelos escravizados negros, sendo o transporte de mercadorias um dos mais comuns na cidade (Ventura, 2016, p.19-23).

A segunda abordagem a ser tratada diz respeito à importância cultural do local, que, entre o final do século XIX e o início do século XX, viu se difundir o samba carioca, muito influenciado pelo samba de roda da Bahia, trazido pelos migrantes a partir da década de 1870 (Lopes & Simas, 2015, p.27). O samba, que foi perseguido durante os primeiros anos da República, difundiu-se graças a moradores da região da Pequena África, tais como João da Baiana¹¹, Tia Ciata, Pixinguinha¹² e Heitor dos Prazeres¹³, representados em murais pintados recentemente, que se evidenciam como ferramenta de afirmação da Pedra do Sal como local de disputa entre o interesse público e a natureza cultural da região. Em razão da luta e resistência desses homens e mulheres negras, o samba teve sua proibição encerrada nos anos 1910. Neste

¹¹ João Machado Guedes, compositor responsável pela introdução do pandeiro como elemento de percussão no samba carioca.

¹² Alfredo da Rocha Vianna Filho, maestro e arranjador que introduziu elementos de jazz ao samba carioca.

¹³ Compositor e pintor, que utilizou elementos da cultura popular das favelas em suas obras artísticas.

momento, farei um paralelo com os alunos a respeito da visão negativa que os bailes funks ainda possuem na grande mídia e na opinião pública influenciada pelas elites culturais, perguntando se será necessário para o funk a representação de figuras como aquelas que lutaram em nome do samba. Finalizaremos a Pedra do Sal indicando que o principal samba da localidade ocorre às segundas-feiras, mas também tendo outros eventos entre as quintas feiras e o domingo.

3.4.2 Região do Valongo:



Mapa da região do Valongo. Fonte: Google Earth, 2025.

5) Casa da Tia Ciata:

Seguindo pela rua Sacadura Cabral em direção ao Valongo, e virando a esquina na rua Camerino, chegaremos à Casa de Tia Ciata, onde faremos nossa quinta parada, a qual será discorrida a importância de Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata, tanto para a consolidação do samba de roda carioca, como pela luta para que as práticas religiosas afro-brasileiras fossem respeitadas na cidade. Revelaremos que Tia Ciata, mulher negra de origem baiana e que migrou para o Rio de Janeiro na década de 1870, teve grande influência para a consolidação da imagem das mulheres baianas quituteiras, uma vez que foi uma das primeiras a adotar as vestimentas religiosas do candomblé para vender seus quitutes pelas ruas do centro do Rio de Janeiro (Moura, 2022, p.120-154).

Evidenciaremos que durante os primeiros anos da República tanto as rodas de samba como as práticas religiosas africanas, principalmente o candomblé, eram terminantemente proibidas pelas autoridades policiais, sendo comum que tivessem utensílios religiosos confiscados e

praticantes detidos pelo crime de vadiagem. Foi neste contexto que Ciata abrigou dentro de sua casa os principais sambistas daquele período, como Donga¹⁴ e Heitor dos Prazeres. Outro assunto que será discutido, considerado lenda por muitos, mas um fato por outros, foi a reza realizada por Ciata que cicatrizou uma ferida na perna do presidente da república Venceslau Brás, que governou o país entre 1914 e 1918. Sendo o que, como forma de pagamento, Ciata pediu para o presidente para que sua prática religiosa não fosse mais perseguida pelas autoridades policiais, bem como a possibilidade de que seu marido tivesse um cargo melhor remunerado dentro da chefia de polícia.

Por fim, farei uma provocação aos alunos mostrando uma notícia de jornal publicada na CNN Brasil do mês de janeiro de 2025, a qual apresenta um terreiro de umbanda que foi atacado por vândalos, e tendo o Pai de Santo do terreiro sido ameaçado de morte, fazendo assim a seguinte pergunta: até quando o pedido de paz para sua fé realizado por Ciata há mais de 100 anos atrás continuará a ser desrespeitado?

6) Jardim Suspenso do Valongo:

Subindo as escadarias existentes ao lado da casa da Tia Ciata, chegaremos ao nosso sexto ponto de parada, o Jardim Suspenso do Valongo, onde será explicado que este local representa um dos principais mecanismos para o apagamento histórico das populações de origem africana praticado pelo Estado brasileiro no início do século XX. O jardim, construído em 1906 durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), buscou trazer para a região um parque aos moldes dos que havia em Paris, marcado pela introdução de estátuas greco-romanas, as quais destoam da história e cultura local. Neste ponto, apresentarei aos alunos uma manchete publicada em 2021 na página do G1 sobre as consequências causadas à população que foi desapropriada da comunidade Vila Autódromo, destruída ao longo da década de 2010, devido a ocorrência dos Jogos Olímpicos, exemplificando assim um caso de apagamento moderno, exemplificando que o que aconteceu com as populações afro-brasileiras entre os séculos XVIII e XIX ainda persiste nos tempos atuais.

De cima do jardim, também será possível observar a Praça dos Estivadores, que recebeu este nome no ano de 1904, em substituição à sua antiga nomenclatura, Largo do Depósito. O antigo nome fazia referência aos depósitos e lojas nos quais os escravizados oriundos do cais do Valongo eram vendidos. Após essa intervenção, colocarei para tocar na caixa de som a

¹⁴ Ernesto Joaquim Maria dos Santos, compositor responsável pelo primeiro samba gravado, fato que ocorreu no ano de 1917, sendo está a composição “Pelo telefone”.

música “A carne”, de Elza Soares, para que em seguida possamos traçar um paralelo entre a venda de negros escravizados nos mercados daquela região entre os séculos XVIII e XIX, com o valor dado as vidas negras nas comunidades na atualidade, uma vez que 86% das vítimas de violência urbana no Rio de Janeiro são negras, segundo reportagem do jornal Brasil de Fato que utilizou dados da Rede de Observatórios de Segurança Pública no ano de 2020.

7) Cais do Valongo:

Retornando pela rua Camerino em direção à rua Barão de Tefé, chegaremos ao nosso sétimo ponto de parada, o sítio arqueológico do Cais do Valongo. De início, os alunos observarão os totens existentes na praça, que apresentam dados estatísticos do tráfico transatlântico, bem como uma escultura que representa as silhuetas de homens, mulheres e crianças negras traficados. Ao observarem sob uma determinada perspectiva, estas se transformam na representação geográfica do continente africano.

Em seguida, caminharemos em direção às escadarias que ficam de frente para o sítio arqueológico do Cais do Valongo, redescoberto no ano de 2011 durante escavações para a revitalização portuária pelo projeto Porto Maravilha. O cais, que recebeu entre 500 mil e 1 milhão de negros escravizados entre os anos de 1779 e 1831, foi estabelecido pela UNESCO como patrimônio mundial da humanidade, uma vez que é o único porto que recebeu escravizados africanos ainda existente no continente americano. Será evidenciado aos alunos que estas pessoas chegavam ao cais após uma viagem de 30 a 60 dias pelo Oceano Atlântico, transportados nos porões dos navios tumbeiros em condições insalubres e presos pelas pernas para que não pudessem cometer suicídio durante a viagem (Educação Globo. Disponível em: www.educacao.globo.com/artigo/cais-do-valongo-historia-da-escravidao-no-porto-do-rio-de-janeiro.html . Acesso em: 14 de abril de 2025). Os que que sobreviviam à viagem e chegavam ao Rio estavam em sua grande maioria desnutridos, razão pela qual eram levados para o Lazareto, uma instituição que funcionava como quarentena para aqueles que estavam adoecidos, além de um local de “engorda” para aqueles que estavam desnutridos. Com mais saúde, eram posteriormente vendidos no mercado do Valongo. Já os que faleciam após o desembarque, ou durante o tratamento no Lazareto, tinham seus corpos descartados em um “cemitério”, localizado na atual rua Pedro Ernesto. Nesse terreno havia muros somente nas extremidades laterais e nos fundos, ao passo que na parte frontal era intencionalmente aberta, pois ali transitavam os escravizados que eram encaminhados para o Lazareto, causando nestes

um profundo temor devido à ausência de enterro digno, que levasse em consideração os ritos condizentes com suas práticas religiosas.

Outro ponto que também será dialogado de frente para o Cais do Valongo, diz respeito à memória e ao apagamento ocorrido na região. Com o fim da chegada de escravizados por este porto em 1831, a localidade acabou por perder o movimento que existia por causa do tráfico transatlântico, ficando ocioso durante alguns anos. Porém, em virtude da chegada da princesa Teresa Cristina¹⁵ em 1843, algumas mudanças foram promovidas pelas autoridades no antigo cais, o que resultou no seu aterramento. Nessa reforma, o antigo cais de pedras largas foi coberto por uma nova camada de chão de paralelepípedo, inclusive com a instalação de um obelisco com a orbes e a coroa luso-brasileira, tendo sido este o primeiro apagamento do Cais do Valongo. Já o segundo apagamento ocorreu no início do século XX com a reforma realizada pelo prefeito Pereira Passos para a construção do novo Porto, que resultou no aterramento de quase 1 quilômetro para além do antigo cais. E o terceiro movimento de apagamento ocorreu em decorrência da construção da Avenida Perimetral, durante a segunda metade do século XX, que conectava a região da Rodoviária Novo Rio à Praça Marechal Âncora, próxima ao Aeroporto Santos Dumont, que devido o descaso das autoridades públicas pela história da cultura popular da cidade ao longo do século XX, provocou o fim do interesse pela história, cultura e lazer da região, que somente teria um renascimento a partir da década de 2010, já no contexto das transformações provocadas pelas obras do Porto Maravilha. Neste momento, será perguntado aos alunos sobre quais elementos culturais são percebidos ao se observar a região do Lins de Vasconcelos, principalmente aqueles que enfatizam a memória dos antigos moradores do bairro, a exemplo dos murais que homenageiam antigos moradores e lideranças afro-brasileiras da região da Pequena África.

Por fim, ainda sentados nas escadarias do Cais do Valongo, os alunos poderão observar uma construção erguida em tijolos maciços, o Armazém das Docas Dom Pedro II, construído na década de 1870 a pedido do imperador Dom Pedro II. A obra ficou a cargo engenheiro negro André Rebouças, que, ao aceitar construir a edificação, exigiu que não fosse utilizado nenhum tipo de mão-de-obra negra escravizada, pedido este que fora atendido pelo imperador, sendo esta construção um símbolo da influência abolicionista na dinâmica da cidade na segunda metade do século XIX, o que possibilitou, mesmo que de maneira limitada, o emprego de trabalhadores negros assalariados. Em seguida, será perguntado aos estudantes se a construção

¹⁵ Teresa Cristina de Bourbon, nascida no Reino das Duas Sicílias, casou-se com Dom Pedro II e foi a imperatriz do Brasil entre 1843 e 1889.

do armazém naquele local teria sido intencionalmente realizada como forma simbólica de homenagem à memória daqueles que chegaram por aquele cais e que tiveram suas vidas fadadas ao trabalho escravizado.

3.4.3 Região do IPN:



Mapa da região do IPN. Fonte: Google Earth, 2025.

8) Praça da Harmonia:

A oitava parada do nosso roteiro ocorrerá na Praça Coronel Assunção¹⁶, também chamada de Praça da Harmonia. Explicaremos aos alunos que o local passou por um processo de apagamento no intuito de esquecer um conflito popular ocorrido no ano de 1904, no contexto da Revolta da Vacina. Naquele momento, um antigo mercado popular que passou a servir de moradia para a população carente deveria ser desocupado pelo poder público, no intuito de sanar doenças as quais se acreditavam ter origem em cortiços, o que imediatamente provocou a revolta dos moradores locais, que encontraram na liderança do capoeirista e estivador Horácio José da Silva, o Prata Preta, uma forma de lutar contra a opressão das elites políticas da cidade do Rio de Janeiro. Prata Preta, que lutou com dois revólveres, e chegou a matar dois soldados da polícia, acabou sendo preso e enviado para o distante estado do Acre. Como forma de apagar esse evento, o antigo mercado foi destruído e em seu lugar foi estabelecida uma praça que recebeu o nome do chefe de polícia da época, bem como se estabeleceu um batalhão de polícia

¹⁶ Joaquim Antônio Fernandes Assunção, foi um policial militar que lutou na Guerra do Paraguai, e anos depois foi nomeado comandante da polícia da corte.

no local, atualmente o 5ºBPM (Sampaio, 2011, p.298). Após esta fala, provocarei os alunos acerca das lutas sociais ocorridas na região do Lins de Vasconcelos às quais estes têm conhecimento, perguntando aos alunos se eles saberiam quais os meios de apelo às autoridades, e quais seriam os principais apelos a serem feitos.

9) Instituto dos Pretos Novos:

Nossa nona e última parada do roteiro ocorrerá no endereço 32 da rua Pedro Ernesto. Em 1996, jornais noticiaram que exatamente neste trecho da rua, na residência da família Guimarães, no bojo de uma reforma residencial, foi descoberta uma grande quantidade de fragmentos de ossos humanos. Após análises realizadas por laboratórios ligados à UFRJ, constatou-se que se tratavam dos restos mortais de pessoas negras, advindas do continente africano, recém chegadas à cidade, sob a condição de escravizados, e que por conta do trajeto transatlântico realizado em condições desumanas em navios tumbeiros, acabavam por falecer logo que aportavam no Cais do Valongo, tendo seus corpos mutilados e jogados em valas comuns no terreno que hoje compreende as casas do número 32 ao 38 da rua Pedro Ernesto. Mas somente no ano de 2006 é que foi fundado o Instituto de Pesquisa e Memória do Pretos Novos, que busca, através do apoio acadêmico da UFRJ e do trabalho de guias do próprio instituto, enfatizar a memória daqueles que tiveram seus corpos violados e enterrados sem qualquer tipo de cerimônia religiosa ou identificação, sendo este o único cemitério de africanos do continente americano.

Nossa parada no IPN proporcionará aos alunos uma abordagem diferente em nosso roteiro, uma vez que eles terão a possibilidade de observar fragmentos de ossos daqueles homens, mulheres e crianças que tiveram suas vidas aprisionadas no continente africano, foram trazidas contra a sua vontade para o continente americano numa viagem que durava de um a dois meses em porões escuros, e que aqui tiveram um falecimento precoce, evitando assim a venda de seus corpos no mercado de escravizados. Para além dos fragmentos de ossos, as paredes do IPN contêm uma série de fotografias, páginas de jornais, documentos e objetos que evidenciam a vida e a rotina de milhões de africanos e afro-brasileiros que passaram pelo processo de escravidão.

Por fim, será provocado aos alunos sobre o que estes sentiram ao observarem a realidade pela qual aquelas pessoas passaram ao longo de quatro séculos no mesmo solo em que eles pisam atualmente. Sendo assim, esta última parada busca provocar entre os estudantes um exercício de memória pelas vidas que ali foram descartadas após os sofrimentos da prisão, escravização e da travessia do Oceano Atlântico, não recebendo nenhum tipo de cerimônia que

respeitasse suas crenças. Sendo explicado que a mentalidade escravocrata do período entendia que o uso da mão de obra escravizada negra era semelhante à de outros animais, como cavalos e bois, tendo sido necessário uma série de movimentos abolicionistas ao longo do século XIX para que estas pessoas enfim conseguissem a sua liberdade, que chegaria somente em 13 de maio de 1888. Mas liberdade esta que acabou por não dar a estas pessoas recém-libertas o acesso básico à cidadania, refletindo o interesse da elite política do Brasil, o que por consequência resultou no racismo estrutural presente em nossa sociedade.

Concluindo a atividade após a visita ao Instituto dos Pretos Novos, os alunos seguirão novamente em direção à Praça da Harmonia, onde o mesmo ônibus que os trouxe deverá estar esperando junto à calçada do antigo Moinho Fluminense¹⁷. Sendo que após o embarque, novamente os alunos serão contabilizados, para que em seguida o retorno para a escola seja realizado e os alunos possam desembarcar por volta das 13 horas da tarde.

¹⁷ Primeira fábrica de moagem de trigo do Brasil, inaugurada em 1887, encerrou suas atividades em 2013.

CONCLUSÃO

Nosso primeiro intuito com a realização desse roteiro de aula de campo, é provocar nos alunos uma experiência diferente das que normalmente ocorrem dentro da sala de aula, uma vez que mesmo com um bom conteúdo didático que evidencie a factualidade histórica, outras dimensões como educação patrimonial e memória acabam se tornando pouco palpáveis por conta das limitações escolares, principalmente nas unidades de ensino da rede pública da cidade do Rio de Janeiro. A possibilidade de os alunos poderem circular pela região da Pequena África os permitirá observar que os processos históricos caminham lado a lado com o desenvolvimento urbano e social, apresentando-os um ponto de vista histórico que os aproxime de suas realidades, uma vez que os alunos também estão inseridos nessa cidade, o que auxilia no próprio desenvolvimento da cidadania por parte dos alunos.

Um segundo intuito com a realização desta aula de campo, trata-se justamente de trazer a lógica da realização do roteiro na Pequena África, dando a possibilidade de os alunos pensarem e organizarem um roteiro histórico e cultural dentro do próprio bairro do Lins de Vasconcelos, que, apesar de ter sido muito menos documentado e tendo sua urbanização ocorrida somente no final do século XIX, também apresenta resquícios históricos do período colonial, como a rota dos tropeiros pela Serra do Matheus, caminho próximo ao atual traçado da Autoestrada Grajaú-Jacarepaguá, e elementos culturais que exaltam o papel da memória e do patrimônio dentro do bairro, a construção da Igreja Nossa Senhora da Guia em 1923, a criação do Clube Alemão no final dos anos 1920, que posteriormente foi reprimido durante no governo de Getúlio Vargas quando o Brasil declarou guerra às potências do Eixo; a fundação das escolas de samba Lins Imperial e Unidos do Cabuçu, e a construção do Hospital Naval Marcílio Dias nos anos 1970 (Valla, 1986). Através desta curiosidade por parte dos alunos, a experiência da aula de campo pode promover entre eles a necessidade, também, de se preservar os monumentos que ainda sobreviveram à passagem do tempo no bairro onde residem, bem como despertar o interesse pela escuta das histórias e memórias contadas pelos antigos moradores que ajudaram a desenvolver, através de suas lutas e dores, a atual região Lins de Vasconcelos.

E como proposta de atividade, será incentivado aos alunos que busquem, através de pesquisas no bairro onde se localiza a Escola Municipal Ministro Gama Filho, elementos relacionados ao patrimônio cultural, da construção histórica do local, além de exemplos de memórias destinadas à antigos moradores do região, para que assim, ao reunirem todos as

informações relacionadas à construção histórica e cultural, com o meu auxílio possamos organizar um roteiro de aula de campo no bairro do Lins de Vasconcelos, através principalmente das perguntas, provocações, comparações e exemplos feitos durante o roteiro realizado na região da Pequena África, que enfatizou a construção histórica, social e cultural daquele local. Sendo que, nesta nova proposta, os alunos poderão convidar responsáveis e vizinhos que os acompanharão ao longo da caminhada pelo bairro, provando assim ser possível que quando uma comunidade toma para si o interesse sobre a história e cultura do seu local de origem, essa comunidade para a ter uma participação ativa na construção de suas lutas e vitórias, exemplificando assim o exercício da cidadania.

De modo geral, a idealização e desenvolvimento deste projeto, que tomou como objetos centrais os conceitos de memória e patrimônio cultural, utilizou-se da prática pedagógica de um roteiro de aula de campo já bastante conhecido, no caso o da Pequena África, para que se pudesse compreender como tais conceitos são debatidos e empregados dentro uma realidade onde as construções históricas e culturais estão diretamente associadas às lutas sociais daquela região e suas formas de resistência cultural e memória, assim como levantar o questionamento sobre o porquê dos locais de interesse histórico do Lins de Vasconcelos não possuírem a mesma visibilidade da Pequena África. Desta forma, os alunos da Escola Municipal Ministro Gama Filho, que em sua maioria residem em favelas integrantes do Complexo do Lins, poderão entender o local onde vivem como um espaço onde os mesmos debates ocorridos na Pequena África estão inseridos, porém colocados em segundo plano devido a outros problemas estruturais mais evidentes, como a segurança e o saneamento. Sendo que, caberá a estes alunos promoverem um roteiro de aula de campo que evidencie a importância do patrimônio cultural e memória do bairro perante os demais moradores do Lins de Vasconcelos, demonstrando assim que um projeto escolar pode reverberar favoravelmente a consciência histórica e cultural de um bairro periférico.

REFERÊNCIAS:

- CAIMI, Flávia Eloisa. *Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História*. Tempo, v. 11, n. 21, 2006. p. 17-32
- MATTOS, Ilmar Rohloff. “Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História em Tempo, v. 11, n. 21, 2006. p. 5-16
- GADOTTI, Moacir. *A escola que na cidade educa*. In: Cadernos Cenpec: educação, cultura e ação comunitária. São Paulo: v. 1, n. 1, p. 133-139, jan./jun. 2006
- GOMIDE, Thiago. Engenho Novo: o bairro da segunda mãe de Dom Pedro II. Jornal O Dia, 2019. Consultado em 17 de julho de 2025.
- GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al* (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004. p.286.
- KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun(orgs). *Muitas memórias, outras histórias* São Paulo: Olho d'água, 2004. p.119-120.
- KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004. p.15.
- LOPES, Ney. SIMAS, Luiz Antônio. *Dicionário da história social do samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 335p.
- LUCENA, Felipe. História da Igreja de São Francisco da Prainha. Diário do Rio de Janeiro. Consultado em 17 de julho de 2025.
- MARCONDES, Marcos Antônio. (ED). *Enciclopédia da Música popular brasileira: erudita, folclórica e popular*. 2. ed. São Paulo: Art Editora/Publifolha, 1999.
- MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa e PENNA, Fernando Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira em Educação & Realidade, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan/abr, 2011. p. 191-211
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- PINTO, Maria Helena. *O patrimônio cultural no ensino de história: entre teoria e prática*. Fronteiras: Revista de História: Dourados, MS, v. 21, n. 38, p. 10 – 28, Jul. / Dez. 2019.

- SAMPAIO, P.M. *O fim do silêncio: a presença negra na Amazônia*. Belém: Editora Açaí; CNPq, 2011. 298p.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. Uma História Única sobre o Continente Africano: o Tráfico Transatlântico nos Livros Didáticos. In: REGINALDO, Luciene; FERREIRA, Roquinaldo. *África, Margens e Oceanos: perspectivas de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. 560p.
- SCHÖN, Donald. *Formar professores como profissionais reflexivos em: NÓVOA, Antônio (org.). Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- SOIHET, RAQUEL. *Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003. 224p.
- VALLA, Victor Vicent (org.) *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VENTURA, Vania Oliveira. *Pedra do Sal - Patrimônio Cultural/Museu*. Orientadora: Professora Doutora Luisa Rocha, UNIRIO/MAST. 2016.
- VIANA, Iamara da Silva. *Educação Patrimonial e Ensino de História: Diálogos*. ENCONTROS – ANO 11 – Número 20 – 1º semestre de 2013.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Leitura e apresentação: Capítulo 2.